
Agricultura da Cidade: comunicando a ruralidade¹

Rodrigo Rossi Morelato²

Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ)

Resumo

O texto exercita a imaginação sociológica a partir de um encontro propiciado pela cidade: numa gola vazia de uma praça em plena cidade se pratica agricultura urbana, assim como em outros espaços da cidade. Esse tipo de prática entra em conflito com o dogmatismo da dicotomia e a vantagem epistemológica da sociologia urbana sobre a rural, faz pensar sobre as mediações operadas pela cidade, evidencia tentativas de diálogo com o poder público e faz descrever parte da trajetória do movimento agroecológico do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Agroecologia; Sustentabilidade; Cidadania; Serra da Misericórdia (RJ)

Introdução

As cidades não são apenas um espaço de exercício dos modos de vida que o senso comum credita ao urbano. Elas devem ser entendidas enquanto espaços onde habitam diferenças; onde as tradições se enraízam dinamicamente na vida cotidiana; onde, sobretudo para o campo comunicacional, é possível o exercício da alteridade que, posta em movimento, se transformam em algo novo e operacionalizam a diferenciação.

Este texto parte de um encontro proporcionado pela diversidade das calçadas, nas quais encontrei curiosa agricultura urbana sendo praticada num espaço de 1m², que me levaram à reflexões e trajetórias de outros lugares possíveis que abarcam as possibilidades de plantar na cidade, as dificuldades de reconhecimento da agricultura como uma atividade possível às cidades, a vantagem epistemológica que a sociologia (diga-se, urbana) tem sobre “sociologias especiais”, como é o caso da sociologia rural, questões de desenvolvimento e cooperação internacional que essas imaginações sociológicas

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas, XXXI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Comunicação, bolsista Faperj Nota 10. Email: rodrigomorelato@gmail.com

agenciam e, por fim, possibilidades de diálogo entre o imaginado e o praticado a partir da agroecologia.

Este texto é fruto de uma pesquisa participante (BRANDÃO, 2006) desenvolvida desde 2015 junto a uma tribo de relacionamentos e suas caminhadas pela cidade e tenta demonstrar que a cidade deve ser entendida enquanto uma mediação de mediações que ressignificam o rural e o urbano.

Plantar na rua: usos do espaço urbano

Certo dia fui ao encontro de amigos em uma praça na Zona Sul do Rio de Janeiro. Lá, perto de uma estação de metrô, há um chafariz em parte soldado por encomenda a partir de um catálogo francês que, desde fins do século XIX por muitos anos, deve ter abastecido de água potável essa parte da cidade. Se a relação dos cariocas com a natureza que os cerca fosse diferente, talvez os chafarizes como não teriam sido necessários, afinal ele está localizado sobre as galerias que escondem o fétido rio da Carioca que desag, casou a poucos metros dali, no Aterro do Flamengo. Caso fosse respeitado, tal rio poderia abastecer de água a cidade e sua gente.

Nos dias de hoje, chafarizes como o da praça São Salvador não cumprem mais a sua função original de garantia da segurança hídrica de parte da cidade. Não se veem mais filas ao seu redor, esperando a vez para encher baldes, cuias ou latas de água e foram dissolvidas as patrulhas policiais que dissuadiam as brigas durante a espera da vez.

Nesta pequena praça se faz a felicidade da boemia da Zona Sul carioca onde, principalmente aos domingos, podemos encontrar crianças brincando em balanços e escorregadores, de um lado; do outro, um coreto sombreado por oitizeiros, se faz o palco para manifestações políticas ou de músicos locais que vão dos profissionais contratados pela feira de rua que ali acontece, aos em profissionalização, como grupos de jovens munidos de violão, cifras no celular e uma boa catuaba ou vodca quentes, que ali também se encontram e apresentam frequentemente.

Assim como em outras praças, jardins, parques, cruzamentos, avenidas e vielas da cidade, há na praça São Salvador uma série de pequenos espaços onde a terra nua, a terra urbana se faz presente: são as golas que, planejadas ou improvisadas, recebem as mudas de árvores a compor a paisagem urbana. Ali plantados, esses vegetais propiciam sombra,

embelezam a paisagem, resfriam o ambiente, purificam o ar, diminuem o impacto das chuvas e a poluição sonora e – por que não? – também produzem alimentos.

Teoricamente, golas deveriam obedecer a critérios estabelecidos pela Fundação Parques e Jardins, encarregada da projeção, implementação e manutenção do patrimônio paisagístico da cidade. Nas ruas próximas à praça, o padrão da arborização urbana é frequentemente rompido por árvores cultivadas pelos moradores das redondezas, ou então, por golas cimentadas pelos proprietários das calçadas que se querem ver livres da “sujeira” das folhas, flores e frutos que a flora urbana deposita sobre o pavimento.

Na praça São Salvador, no entanto, as golas ainda estão presentes, mas, em uma delas, uma estranha mataria verdeja. Há alguns anos, a praça passou por uma pequena reforma de acessibilidade, oitizeiros doentes foram derrubados e nenhuma árvore foi plantada no lugar, ficando a gola vazia. Nesse pequeno espaço de aproximadamente 1m² podemos encontrar atualmente um enorme pé de quiabo já à morte, um enorme arbusto de abóbora, um pé de mamão despontando e algumas espadas de São Jorge – como que para proteger a plantação que também conta com uma tela de proteção, colocada posteriormente.

Figura 01: A pequena área cultivada na Praça São Salvador (no canto inferior direito).



Fonte: Acervo Pessoal

Quem planta, maneja, cerca, cuida, colhe e se alimenta dos frutos desse pequeno espaço produtivo em plena cidade é Zolmir, um respeitável ambientalista que, por muitos anos, tem colaborado com o movimento agroecológico da Zona Norte Rio de Janeiro e que, no último ano, veio passar uns tempos com parte da família, morando em frente à

praça. Vindo do interior do Estado para a capital há muitos anos, ele manteve uma empresa de manutenção de eletrodomésticos na Zona Norte da cidade e, ao terminar a manutenção de uma máquina de lavar, viu um cartaz afixado entre postes na entrada de uma comunidade:

Foi em 2004... Eu tinha uma loja de conserto de máquina de lavar, vendia peças... Ai um dia eu fui lá na Favela da Galinha consertar uma máquina e vi um cartaz grandão, bem feito, assim, colado na parede... “Caminhada Ecológica“, não sei o quê... Serra da Misericórdia... Aí no dia eu vim subindo, perguntando, e tinha o horto ali em cima... Tinha umas plantas ali e o pessoal tava arrumando, preparando pra subir... E tinha outras pessoas também pra participar da caminhada. Nesse dia a gente plantou umas árvores lá em cima. Aí fizemos a caminhada, fomos lá pra cima... Eles explicavam os pontos, que tal lugar era a Praça do Meio e que tal lugar era o Pico do 360... Só que teve um momento que eu me perdi! Eu fui apagar um fogo que tava assim, baixinho... Pra você ver, eu já cheguei apagando fogo, nesse dia... Aí eu me perdi, porque me envolvi nisso de apagar o fogo... O pessoal separou, foram pra Pedra da Bicuda, eu acho... Aí eu desci sozinho, fui embora, sozinho...³

A partir dessa caminhada, Zolmir passou a se envolver com uma tribo de relacionamentos (MAFFESOLI, 1987) que desde 1997 comungava o amor à Serra da Misericórdia, o último fragmento florestal da Zona Norte da cidade. Passou a frequentar a serra semanalmente, contribuindo no combate a incêndios, no manejo de hortas, no plantio de sistemas agroflorestais, no desenvolvimento de sistemas de captação de água de chuva, no fomento à compostagem de resíduos orgânicos e em demais atividades que *verdejantes*, como ele se tornou, realizam pela montanha. Naquela época, incêndios eram frequentes pela montanha em reflorestamento e, a partir de seus conhecimentos e habilidades, desenvolveu um excelente abafador para o combate ao fogo: enquanto os demais *verdejantes* apagavam as chamas com galhos verdes, ele usava uma vara de madeira com uma chapa de metal (retirada de uma máquina de lavar) presa à ponta.

Figura 02: Zolmir e um abafador feito de chapa de metal.

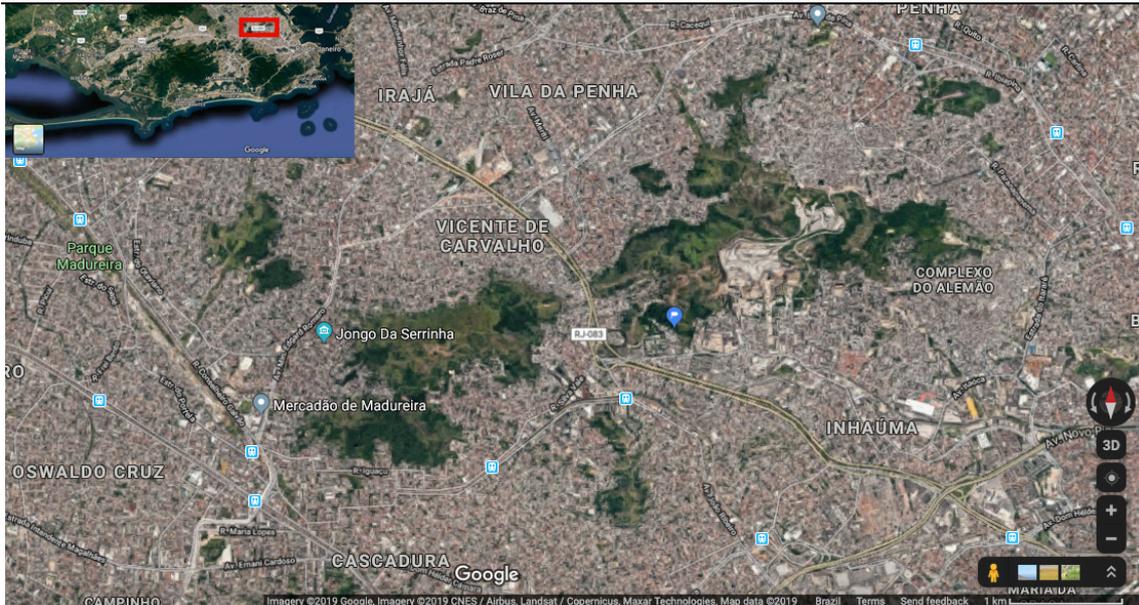
³ Em entrevista ao autor em setembro de 2018



Fonte: Verdejar Socioambiental

Ao menos desde 2001 os *verdejantes* se empenham na implementação da Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) da Serra da Misericórdia, decretada, porém jamais efetivada, na qual a preservação do meio ambiente deveria coexistir com toda uma ecologia de atividades humanas que vão da geração de renda a partir do turismo de base comunitária à agricultura urbana que garante a segurança alimentar e nutricional dos moradores da comunidade.

Figura 03: A cidade do Rio de Janeiro e a Serra da Misericórdia.



Fonte: Acervo pessoal.

O executivo municipal parece não ter interesse na implementação dessa curiosa unidade de preservação, tendo mais interesse na realização de enormes eventos internacionais que tenham o meio-ambiente ou a sustentabilidade enquanto tema a comover a comunidade internacional, sem a menor garantia de justiça ambiental a seus cidadãos.

Tentativas de diálogo com o poder público

Desde o ano de 2018, os *verdejantes* vêm se empenhando na construção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR-Rio), um tipo de órgão participativo mantido à nível municipal que tem como objetivo subsidiar o executivo da cidade com dados necessários para a adoção e acesso a políticas públicas voltadas ao subsídio do setor primário.

Tais conselhos existem em profusão pelas cidades brasileiras pois são um mecanismo obrigatório para que municípios possam acessar os recursos que compõem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – como o extremamente vantajoso crédito rural ou a política nacional de aquisição de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) –, sendo que só podem fazê-lo após a apresentação de um plano de desenvolvimento rural gestado dentro do CMDR.

No caso do Rio de Janeiro, o CMDR-Rio foi formado pela primeira vez em 1998, poucos anos após o estabelecimento das diretrizes do PRONAF, ainda em 1995. Devido a uma série de conflitos com os vereadores da cidade que enxergavam nos conselhos, existentes em profusão desde o governo Brizola, um esvaziamento de suas funções perante uma sociedade civil articulada e ativa – uma primeira composição do CMDR foi esvaziada. Sua rearticulação aconteceu em 2018, após uma convocatória da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação, da realização de quatro pré-conferências dispersas por toda a cidade e da realização de um grande seminário de rearticulação, quando novos membros de associações de agricultores, entidades técnicas, movimentos sociais, universidades, institutos de pesquisa aplicada e poder público foram nomeados para uma nova gestão desse espaço de diálogo para o desenvolvimento da cidade.

Dadas as especificidades da agricultura do Rio de Janeiro, a qual produz um montante aproximado de 30 toneladas de alimento por mês (LIMA, 2019) numa cidade de projeção internacional no setor terciário, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural na cidade do Rio de Janeiro também é uma ferramenta que o executivo municipal aciona na tentativa de buscar recursos de origem federal à consecução de um de seus objetivos de projeção internacional: atender os compromissos firmados junto ao Pacto de Milão Sobre Política de Alimentação Urbana, do qual a cidade é signatária.

Acordo para o desenvolvimento sustentável alinhado com a necessidade urgente de transformações no campo da alimentação humana dadas as catastróficas mudanças no regime termodinâmico do planeta, tal pacto é composto de seis (06) eixos de ação se aglutinam trinta e sete (37) iniciativas sistematizadas a partir das experiências desenvolvidas por cidades de todo o globo; as quais garantem desde políticas de participação popular e governança das cidades, fomento aos circuitos curtos de abastecimento e à prática da agricultura urbana e peri-urbana.

Talvez o executivo municipal esteja mais interessado na possibilidade de transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma sede regional ou escritório avançado desse acordo global. Nada a estranhar, afinal aqui foram realizados eventos internacionais de monta sobre o tema, como a em 1992 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), em 2012 a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e outros de menor escala promovidos pela

municipalidade, como o 1º Fórum Regional das Cidades Latino-Americanas Signatárias do Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana em 2019.

Todos esses grandes eventos, no entanto, não geram as transformações sociais desejadas à preservação da Serra da Misericórdia ou à manutenção da agricultura urbana desenvolvida na cidade.

A ECO-92 deixou como legado uma nova figura jurídica de proteção ambiental na cidade. Ela previa a integração dos ecossistemas urbanos e não-urbanos, as Áreas de Preservação Ambiental e Recuperação Urbanas (APARU), como aquela decretada em 2001 na Serra da Misericórdia, o executivo municipal jamais a implementou com a justificativa da falta de verbas.

Em 2012, durante a Rio+20, o Ministério das Cidades liberou recursos na ordem dos R\$ 15 milhões exclusivamente para implementação do chamado Parque Urbano da Serra da Misericórdia, uma das rubricas constituintes da APARU, como modo de reparação histórica à não-implementação da área de preservação como pensada há vinte anos atrás. Superado o argumento da falta de recursos, os *verdejantes* foram surpreendidos quando, em 2015, em decisão monocrática, o então prefeito Eduardo Paes devolveu ao Ministério os recursos empenhados na Caixa Econômica Federal: ao invés de implementar a APARU celebrada internacionalmente, o prefeito preferiu construir o Parque de Madureira que, embora seja um equipamento cultural extremamente necessário, não presta os serviços ambientais celebrados internacionalmente nas Conferências da ONU.

Apesar dessas experiências progressas, os *verdejantes* não desanimam em sua jornada de amor e preservação à Serra da Misericórdia. Espaço de lazer, de prática esportiva e de contemplação, onde se realizam uma série de serviços ambientais essenciais tanto para a Zona Norte quanto para toda a cidade, lá há também uma horta comunitária e um sistema agroflorestal por eles mantido e que produz verduras, raízes, ervas medicinais, madeira, flores e frutos, sendo o mais antigo espaço produtivo ainda ativo em favelas, o qual conta com certificação orgânica de toda essa produção que é consumida, doada ou vendida pelos moradores da pequena comunidade Sérgio Silva, no bairro do Engenho da Rainha, onde se localiza esse chamado “ecolimites” que integra a favela ao remanescente verde.

Nem todas as experiências de agricultura da cidade que são assim reconhecidas enquanto orgânicas e agroecológicas, embora cumpram todos os requisitos necessários.

Muitas vezes, sequer são reconhecidas como “agricultura de verdade” pois, claro, a agricultura deveria ser um tipo de atividade econômica do mundo rural. Especialmente os técnicos agrícolas aplicadores das políticas públicas como o PRONAF e o PNAE, ou certificadores da produção orgânica e agroecológica têm dificuldade em reconhecer as práticas de agricultura urbana como legítimas e acabam por negar acesso a direitos aos diversos agricultores do Rio de Janeiro (FERNANDEZ; FILHO, 2019), questões que tem origem no mito da sociologia rural e numa considerável tradição sociológica.

Sobre dicotomia: da sociologia rural à ruralidade

As origens dessa dicotomia dizem respeito à institucionalização mesma da sociologia, no Estados Unidos, onde tal ciência passou a ser um sistema explicativo das novas necessidades e angústias permanentes que seriam geradas pelas transformações operadas no social em modernização. O palco principal para o exercício e sistematização da sociologia americana foi, no início do século XX, a cidade de Chicago, cenário, objeto e laboratório de estudo sobre o social (PARK, 2018).

Segundo comentadores

A cidade era realmente considerada por esses sociólogos não apenas como um excelente laboratório de análise da mudança social e dos fenômenos de desorganização e reorganização morfológica e cultural que engendra, mas também como uma “comunidade ecológica” que reunia elementos heterogêneos (espaciais, sociais e culturais) em constante interação. Cada comunidade era resultante de diferentes forças em equilíbrio precário, cujo desequilíbrio era gerador de fenômenos de desorganização que afetavam o espaço, a coletividade e a personalidade. (CUIN; GRESLE, 2017, p. 44)

Caberia ao mundo rural, em oposição à cidade, todo o espaço das relações de poder tradicionais ligadas à posse da terra, das relações de parentesco marcadas pelos laços de sangue, o repertório cultural imemorial das tradições. Grosso modo, ao rural caberia o mundo da comunidade, onde as relações sociais se encontram plenamente enraizadas e condicionadas pela natureza, o terreno do familiar e da espontaneidade, enquanto ao urbano caberia o mundo da sociedade, organizado segundo um contrato racional, que desenraizaria as pessoas de suas ações tradicionais, gerando uma série de desequilíbrios e mazelas sociais.

Comentando sobre o desenvolvimento da Escola de Chicago, um de seus mais eminentes membros, o sociólogo Howard Becker, chama atenção para uma dupla-natureza das atividades desenvolvidas por essa escola de sociologia americana: se ela foi, por um lado, uma escola de pensamento, ela também deve ser considerada uma escola de trabalho que desenvolvia metodologias, criava institutos de pesquisa, realizava projetos de estudos aplicados e formava uma geração de pesquisadores que depois formaram as escolas de sociologia de todo os Estados Unidos (BECKER, 1996).

Escrevendo alguns anos depois e refletindo justamente sobre o processo de constituição da sociologia, Charles Wright Mills descreve a presença da imaginação sociológica na vida cotidiana. Segundo ele, tal imaginação seria

(...) a capacidade de ir das mais impessoais e remotas transformações para as características mais íntimas do ser humano (...). Sua utilização se fundamenta sempre na necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade no período no qual sua qualidade e seu ser se manifestam (MILLS, 1975, p. 14)

Desse modo, a imaginação sociológica permite um exercício que parte do diminuto individual observável e o relaciona a grandes teorias abstratas e movimentos da história. Essa faculdade, adquirível através do treinamento sociológico, também se encontra dispersa na sociedade através da presença da imaginação sociológica enquanto um grande sistema explicativo da realidade que tem como epicentro, a vida urbana e sua sociologia que imagina, também, o seu oposto: o campo e o rural.

Segundo Maria José Carneiro,

(...) está sendo colocado em questão o mito fundador da Sociologia Rural, que institui a oposição entre campo e cidade como realidades espaciais e sociais descontínuas, mas em relação de subordinação da primeira à segunda. Destaca-se, na formulação desse mito, o pressuposto que as diferenças entre o rural e o urbano tenderiam a desaparecer como resultado do processo de urbanização, tido como natural e inevitável. Nesses termos, o desenvolvimento do campo se daria nos moldes da cidade, resultando na expansão e generalização do urbano. (CARNEIRO, 2012, p. 23)

Segundo a autora, ao longo do século XX se realizou uma grande busca por aquilo que caracterizaria ao rural, que estaria em marcha ao fim por motivos como a diminuição da população residente no campo, o avanço do processo de urbanização, a implementação de um modelo de produção agrária baseada na racionalização da produção, por exemplo. Ela descreve, no entanto, que essa posição clássica da sociologia rural como uma disciplina detida na observação de um mundo em desaparecimento passa por uma

reavaliação quando se nota, principalmente a partir dos anos 1990, uma diminuição no fluxo do êxodo rural, uma revalorização do campo, aproximação dos padrões de vida do campo e da cidade com o incremento da circulação de bens simbólicos e o reconhecimento da pluriatividade, com as atividades de turismo, preservacionismo e lazer enquanto atividades ligadas ao mundo rural.

Deste modo e para a concepção tradicional, a principal distinção entre o mundo urbano e o mundo rural seria dada pelo crivo ocupacional, do mundo do trabalho, para o qual o pequeno lavrador, sempre necessitado de apoio, inovações e novas tecnologias é figura central para a justificativa de existência da sociologia rural (SOROKIN, 1981). Ainda segundo a autora,

A noção de rural, associada à produção de alimentos e matéria prima, é fruto da hegemonia da sociedade burguesa industrial, que identifica a cidade como local de residência e trabalho, e onde se encontram o conforto e o lazer necessários à era da modernidade. O campo, por sua vez, deixa de representar o espaço instituidor de poder de uma classe sustentada na propriedade fundiária e passa a ser o locus da produção que vai alimentar a população e a indústria dos centros urbanos (CARNEIRO, 2012, p. 30).

Para fugir das dicotomias impostas pelos grandes sistemas explicativos que facilmente seduzem a imaginação sociológica, a autora sugere uma ruptura do rural com o agrícola e sugere um retorno à observação dos modos como as pessoas exercem sua ruralidade em suas localidades, afinal,

(...) o rural pode ser, em alguns contextos, expressão da tradição, da autenticidade das relações interpessoais, do simples, do atraso, como também pode, através de uma reelaboração simbólica por parte dos atores sociais, conter ícones da modernidade e ser expressão de uma modernização que se realiza em espaços tipicamente urbanos (CARNEIRO, 2012, p. 41)

No caso brasileiro, a reflexão sobre as tensões entre campo/rural e cidade/industrial tem grande tradição que remete aos ensaios dos anos 1920 sobre a primazia ou herança rural da sociedade brasileira que se pode encontrar em autores como Oliveira Viana ou Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo. Debate que sofreu modificações nos anos 1950 e 1960, quando as a sociologia já se encontrava institucionalizada e o debate nacional desenvolvimentista trouxe à luz o agricultor segundo a categoria do camponês – e seus tipos locais como caiçaras, sertanejos ou caipiras, por exemplo.

Nessa época, esses modos de vida dessas populações, assim como todas as culturas locais, eram vistos como entraves ao desenvolvimento nacional e às necessidades

da sociedade do futuro, que se encontrava em franco crescimento nas cidades. Era necessário modernizar o campo, o mundo rural e a agricultura e desse encontro, do técnico com o agricultor, temos uma grande contribuição do debate dialógico de Paulo Freire, que inspira a teoria e a prática do movimento agroecológico nos dias de hoje, como é o caso dos *verdejantes* da Serra da Misericórdia.

Comunicação e Extensão: comentários sobre a agroecologia

A agroecologia pode ser entendida enquanto “(...) o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos” (ALTIERI, 2012, p. 105) que evitam de insumos externos – como sementes modificadas, insumos químicos, maquinário – ou de técnicas extravagantes que demandam grande capacitação técnica e, portanto, em ambos os casos, investimentos vultosos em tempo e capital, os quais acabam por tornar a produção agrícola sempre dependente.

Deste modo e por valorizar certa totalidade características do local onde se desenvolve, cada localidade experimentará a agroecologia a seu modo: em determinada comunidade, por exemplo, atividades de educação ambiental que visem a promoção da justiça ambiental serão mais presentes do que em outra. A existência de um grupo de mulheres combativas e bem articuladas em outra parte da cidade talvez proporcionará outra experiência, com grande protagonismo para o feminismo. Num terceiro local, a falta d’água recorrente pode ter feito com que agricultores urbanos desenvolvam soluções interessantes sobre manejo das plantas ou de reforço à segurança hídrica (com a construção de cisternas de captação de água de chuva e nascente). Uma quarta localidade pode ter desenvolvido toda uma rede de economia solidária a partir de produtos como chás medicinais, artesanato e composto orgânico produzidos coletivamente.

Embora o localismo tenha ganhado força com a aceleração do processo de globalização, a valorização do elemento local, do pé-no-chão com o qual se desenvolve a agroecologia tem uma outra origem, que retoma ao processo interrompido nos anos 1960: o da educação popular e as experiências participativas desenvolvidas por Paulo Freire no contexto desenvolvimentista. Revisitando aquela experiência, ele nos alerta que “(...) a localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando

do mundo” (FREIRE, 2019, p. 119), e complementa seu elogio ao saber popular derivado da experiência:

(...) jamais subestimar ou negar os saberes de experiência feitos, com que os educandos chegam à escola ou aos centros de educação informal. (...) subestimar a sabedoria que resulta necessariamente da experiência sociocultural é, ao mesmo tempo, um erro científico e a expressão inequívoca da presença de uma ideologia elitista (FREIRE, 2019, p. 117)

No caso dos *verdejantes*, houve uma passagem de um movimento ambientalista para um movimento agroecológico quando passaram a compreender a agricultura enquanto uma aliada à proteção da Serra da Misericórdia. Essa mudança, processual, passou a acontecer quando teceram relações com técnicos agrícolas que desenvolviam atividades de agricultura na Zona Oeste da cidade e conheciam o potencial regenerativo da agricultura alternativa e agroecológica.

Nesse cenário, a comunicação deve ser entendida enquanto uma reciprocidade, um tipo de acordo entre sujeitos. Nesse sentido, aquele tradicional extensionista rural deve ser visto não como alguém que leva conhecimento aos despossuídos, mas como um agrônomo-educador, sendo seu trabalho eminentemente uma prática dialógica tecida com os camponeses que, conhecendo com eles a sua própria realidade, deseja e atua para transformá-la em algo melhor.

Em nada se parece com o técnico da prefeitura que abre este capítulo e que está preso a seus preconceitos sobre como deve ser a agricultura e não reconhece as mediações operadas da cidade. Para ele, o extensionista clássico que abre este conto, é até possível que haja agricultura *na* cidade, isto é, os modos de produção que a cidade imaginou para o campo dentro das terras urbanas.

Não é disso que se trata. Se trata de uma agricultura *da* cidade que leva em consideração a mediação operada pela cidade nos sistemas holísticos que envolvem, mas não se esgotam, na prática do plantar; e que, para serem compreendidos ou apreendidos, precisam do diálogo e da necessária valorização dos saberes e possibilidades locais de um “aqui e agora” a partir do qual se realiza a agricultura urbana.

Considerações Finais

Caminhadas pelas ruas do Rio de Janeiro evidenciam a cidade como uma mediação de mediações (LEFEBVRE, 2001) que ressignificam o rural e o urbano a partir de uma gola vazia da calçada de uma praça e alcançam “outros lugares” através de acordos internacionais e espaços de diálogo entre sociedade civil e poder público. Neste texto, evidencio como movimentos de agricultura urbana tentam operar a diferenciação, promover a alteridade e lutar por direitos sociais de algumas tipologias de agricultura urbana que uma imaginação sociológica datada geralmente coloca sob suspeita.

A partir de um encontro numa praça, descrevo o parcial de uma trajetória ambientalista, espaços de disputa e concepções sobre o rural do movimento social e do executivo municipal, menciono iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável e outras visões sobre ideais de preservação que mantenham o equilíbrio pessoas-natureza que subvertam o crivo da dicotomia e preguem a comunicação dialógica, sendo a agroecologia espalhada pela cidade do Rio de Janeiro um expoente desse tipo de ação social.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Howard. **A Escola de Chicago**. Rio de Janeiro: **Revista Mana**, n.2, vol. 2, p. 177 – p.188, 1996
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida (SP) : Vozes e Letras, 2006
- CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades: ensaios e etnografias**. Rio de Janeiro : Editora da FGV, 2007
- CARNEIRO, Maria José (coordenadora). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : Maudad X : Faperj, 2012
- FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; FILHO, Almir César Baptista. **Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais**. Revista Cidades, Comunidades e Territórios, v.39, p. 141-154. 2019
- JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo : Editora Martins Fontes, 2011
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo : Centauro, 2001.

-
- LIMA, Caren et al. **A rede carioca de agricultura urbana e o direito à cidade**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v.14, n. 34, p. 313-337, 2019
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1987)
- MILSS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. São Paulo : Zahar, 1982
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo : Paz e Terra, 1977
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro ; São Paulo : Paz e Terra, 2014
- _____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. . Rio de Janeiro ; São Paulo : Paz e Terra, 2019
- PARK, Robert. **A cidade como laboratório**. IN: VALLADARES, Lícia do Prado (org.) **A sociologia urbana de Robert E. Park**. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 2018
- SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GAPLIN, Charles J. **Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano**. IN: MARTINS, José de Souza (org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo : Hucitec, 1981